



prefeitura de  
**PORTO ALEGRE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA**

**COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL - DTP/SMTC  
DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Decisão nº 54 / 2021 CMRI

Porto Alegre, 26 de outubro de 2021.

**Recurso nº** 004120-21-21

**Recorrente:** (SIGILOSO)

**Órgão Requerido:** Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade - SMAMUS

**Relator:** Divisão de Gestão Documental - Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio - SMAP

## **1. Relatório**

### **1.1 Resumo do pedido original**

O requerente solicita o acesso e eventualmente cópia do documento auto de infração nº 1011174, bem como de seu status e tramitação.

### **1.2 Razões do órgão/entidade requerida**

Em um primeiro momento, a solicitação foi encaminhada para a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SMSURB, a qual pediu a prorrogação do prazo para responder ao requerente. A SMSURB então informou que o auto de infração em pauta pertencia à Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS, para onde o pedido deveria ser redirecionado.

A SMAMUS, por sua vez, indeferiu o pedido de acesso ao documento, a partir do alegado não cumprimento dos Artigos 20 e 21 do Decreto Municipal nº 18302 / 2013. Tal argumento foi contestado pelo Gestor Local da LAI, tendo como base o § 1º do Art 10 da Lei de Acesso à Informação (nº 12527 / 2011) e da manifestação do requerente autorizando a omissão, caso necessário, de dados sensíveis, tais como RG, CPF, etc. constantes no documento.

Mesmo assim, a Secretaria manteve o indeferimento ao pedido de acesso do referido auto de infração.

### **1.3 Razões do recorrente**

Ao solicitar o reexame, o requerente referiu a revogação do Decreto 18302 / 2013 argumentado pela SMAMUS. Reiterou que o seu pedido solicita especificamente um documento, identificado pelo seu número de ordem e refutando as demais alegações para a recusa ao acesso.

## **2. Análise de admissibilidade do recurso**

O recurso foi interposto dentro do prazo legal de 10 dias da ciência da decisão. O requerente é parte legítima para recorrer e solicitar reexame da matéria.

### 3. Análise do mérito

O auto de infração nº de ordem 1011174, cujo acesso foi solicitado pelo requerente, trata de licenciamento ambiental. Uma pesquisa no Sistema Eletrônico de Informação – SEI localizou o documento.

Considerando a solicitação do requerente, assim como a observação do Art 7, § 2º da Lei Federal de Acesso à Informação, e considerando o fato de o requerente ser identificado obrigatoriamente ao fazer o login no e-sic, onde apenas os dados são anonimizados no envio à secretaria demandada, esta Comissão Mista de Reavaliação de Informações da Administração Pública Municipal fez a análise do referido expediente, não sendo verificado qualquer impedimento para prover o acesso ao documento.

### 4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por dar provimento ao recurso.

### 5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificação do recorrente, da presente Decisão.

De acordo:

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio - **SMAP**  
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio - **SMAP**  
Divisão de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTC**

Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Procuradoria Geral do Município – **PGM**

Gabinete do Prefeito – **GP**

Recurso CMRI nº 004120-21-21



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 26/10/2021, às 14:30, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 26/10/2021, às 14:30, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Simone Vicari Tarasconi, Técnico Responsável**, em 26/10/2021, às 14:30, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 26/10/2021, às 14:30, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Trisch Mendonça, Servidor Público**, em 26/10/2021, às 14:31, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 26/10/2021, às 14:31, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **16048646** e o código CRC **C8A5AB56**.

---